

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

| | |
|-----------------------------|-------|
| WILSON FORTES | ARENA |
| ANTONIO COSTA | ARENA |
| NELSON BUFFARA | MDB |
| IVO TOMAZONI | ARENA |
| QUIELSE CRISOSTOMO | ARENA |
| DOMÍCIO SCARAMELLA | MDB |
| ROSÁRIO PITELLI | ARENA |
| AGUINALDO PEREIRA LIMA | ARENA |
| ALVARO DIAS | MDB |
| ANTONIO BELINATTI | MDB |
| ANTONIO LOPES JÚNIOR | ARENA |
| ANTONIO MACIEL | ARENA |
| ARIZONE ARAÚJO | ARENA |
| ARMANDO QUEIROZ | ARENA |
| ARTHUR DE SOUZA | ARENA |
| BASILIO ZANUSO | ARENA |
| BORSARI NETO | ARENA |
| CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA | ARENA |
| DAVID FEDERMANN | ARENA |
| EMÍLIO CARAZZAI | ARENA |
| ERONDY SILVÉRIO | ARENA |
| FABIANO BRAGA CORTES | ARENA |
| FRANCISCO ESCORSIN | ARENA |
| FUAD NACLI | ARENA |
| GABRIEL MANOEL | ARENA |
| GILBERTO CARVALHO | ARENA |
| HELIO MANFRINATO | MDB |
| IGO LOSSO | ARENA |
| JOÃO FADEL | ARENA |
| JOÃO MANSUR | ARENA |
| JORGE SATO | ARENA |
| LÁZARO DUMONT | ARENA |
| LEOPOLDO JACOMEL | ARENA |
| LUIZ ROBERTO SOARES | ARENA |
| MARCIANO BARANIUK | ARENA |
| MAURÍCIO FRUET | MDB |
| MUGGIATI FILHO | MDB |
| NIVALDO KRUGER | MDB |
| ODILON REINHARDT | ARENA |
| OVIDIO FRANZONI | ARENA |
| PAULO CAMARGO | ARENA |
| PAULO POLI | ARENA |
| PINTO DIAS | ARENA |
| SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR | MDB |
| SANTOS LIMA | ARENA |
| WILSON BRANDÃO | ARENA |
| XENOFONTE VILLANUEVA | ARENA |

COMISSÃO EXECUTIVA
PRESIDENTE — Wilson Fortes
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni
2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo
3.º SECRETÁRIO — Domício Scaramella (MDB)
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — Wilson Fortes
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni
2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo da Silva
3.º SECRETÁRIO — Domício Scaramella (MDB)
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Armando Queiroz
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (MDB)
SANTOS LIMA; OVIDIO FRANZONI; ERONDY SILVÉRIO; EMÍLIO CARAZZAI; IGO LOSSO; PAULO CAMARGO; CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA; LUIZ ROBERTO SOARES; MUGGIATI FILHO (MDB)

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — Quartas-feiras

SUPLENTE

BORSARI NETO; BASÍLIO ZANUSO; ANTONIO LOPES JÚNIOR; FABIANO BRAGA CORTES; ANTONIO MACIEL; LEOPOLDO JACOMEL; MARCIANO BARANIUK; ODILON REINHARDT; JOÃO FADEL; SEBASTIÃO RODRIGUES (MDB)

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Fuad Nacli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinatti

DAVID FEDERMANN; LEOPOLDO JACOMEL; ANTONIO LOPES JÚNIOR; ODILON REINHARDT; JOÃO FADEL

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES — Terças-feiras

SUPLENTE

FRANCISCO ESCORSIN; FABIANO BRAGA CORTES; LÁZARO DUMONT; JORGE SATO; IGO LOSSO; MAURÍCIO FRUET (MDB)

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Jorge Sato

VICE-PRESIDENTE — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basílio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

AGUINALDO PEREIRA LIMA; CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA; PINTO DIAS; WILSON BRANDÃO; JOÃO FADEL; MARCIANO BARANIUK; MUGGIATI FILHO (MDB)

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Hélio Manfrinato (MDB)

LÁZARO DUMONT; FRANCISCO ESCORSIN; MARCIANO BARANIUK

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

LEOPOLDO JACOMEL; FUAD NACLI; BASÍLIO ZANUSO; AGUINALDO PEREIRA LIMA; ALVARO DIAS (MDB)

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Hélio Manfrinato (MDB)

LÁZARO DUMONT; XENOFONTE VILLANUEVA; GABRIEL MANOEL

SECRETÁRIO — Roberto Diniz Sátiro

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

BASILIO ZANUSO; PINTO DIAS; PAULO POLI; WILSON BRANDÃO; ALVARO DIAS (MDB)

SUPLENTE

FUAD NACLI; ARIZONE ARAÚJO; SANTOS LIMA; XENOFONTE VILLANUEVA; MUGGIATI FILHO (MDB)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (MDB)

ARIZONE ARAÚJO; CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA; GABRIEL MANOEL

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R.G. Amaral

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

FRANCISCO ESCORSIN; SANTOS LIMA; JOÃO FADEL; FABIANO BRAGA CORTES; NIVALDO KRUGER (MDB)

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Sebastião Rodrigues (MDB)

FRANCISCO ESCORSIN; XENOFONTE VILLANUEVA; MARCIANO BARANIUK

SECRETÁRIO — Agilides de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

ANTONIO MACIEL; LUIZ ROBERTO SOARES; PAULO POLI; WILSON BRANDÃO; NIVALDO KRUGER (MDB)

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Aguinaldo Pereira Lima

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinatti (MDB)

PAULO POLI; WILSON BRANDÃO; ANTONIO MACIEL

SECRETÁRIO — Francisco Accioly Neto

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — David Federmann

VICE-PRESIDENTE — Arizone Araújo

JOÃO FADEL; XENOFONTE VILLANUEVA; MAURÍCIO FRUET (MDB)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

PAULO CAMARGO; JORGE SATO; OVIDIO FRANZONI; EMÍLIO CARAZZAI; HÉLIO MANFRINATO (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Cândido Martins de Oliveira

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (MDB)

BASILIO ZANUSO; ANTONIO MACIEL; GABRIEL MANOEL

SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

ARMANDO QUEIROZ; JORGE SATO; OVIDIO FRANZONI; SANTOS LIMA; MUGGIATI FILHO (MDB)

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (MDB)

AGUINALDO PEREIRA LIMA; FRANCISCO ESCORSIN; LEOPOLDO JACOMEL

SECRETÁRIO — Alberto Carazzai Neto

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

ARMANDO QUEIROZ; PAULO CAMARGO; OVIDIO FRANZONI; MARCIANO BARANIUK; ANTONIO BELINATTI (MDB)

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Sebastião Rodrigues (MDB)

MARCIANO BARANIUK; JORGE SATO; ODILON REINHARDT

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

ARTHUR DE SOUZA; PINTO DIAS; LÁZARO DUMONT; GABRIEL MANOEL; MAURÍCIO FRUET (MDB)

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 59.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 30 de Maio de 1972 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Aguiinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Mauricio Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli Pinto Dias, Santos Lima e Xenofonte Villanueva. (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nelson Buffara, Rosário Pitelli, Arizone Araújo, Hélio Manfrinato, Igo Losso, Marciano Baraniuk, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada a apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 35-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 66-71, de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, que autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a Manoel Mauricio — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 31, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 36-72.

Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 60.ª Sessão Ordinária Realizada em 30 de Maio de 1972 (Terça-Feira)

Presidência do sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes, Antonio Costa, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo; Domicio Scaramella; Aguiinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias; Antonio Belinati; Antonio Lopes Júnior; Antonio Maciel; Armando Queiroz; Arthur de Souza; Basílio Zanusso; Borsari Neto; Cândido Martins de Oliveira; David Federmann; Emílio Carazzai; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Fuad Nacli; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; João Fadel; João Mansur; Jorge Sato; Lázaro Dumont; Leopoldo Jacomel; Luiz Roberto Soares; Mauricio Fruct; Muggiati Filho; Nivaldo Krüger; Odilon Reinhardt; Ovídio Franzoni; Paulo Camargo; Paulo Poli; Pinto Dias; Santos Lima; Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os srs. Deputados: Nelson Buffara; Rosário Pitelli; Arizone Araújo; Hélio Manfrinato; Igo Losso; Marciano Baraniuk e Sebastião Rodrigues Júnior. (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observação.

O SR. EMILIO CARAZZAI — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos srs. Deputados para verificação de quorum.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 33 srs. Deputados.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, solicitando REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 42-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

A estatura moral de um homem se avalia pelas suas atitudes e pelas suas palavras, quando estas correspondem aos seus atos.

O presente requerimento visa prestar homenagem póstuma ao General Olímpio Mourão Filho, falecido anteontem.

A 31 de março de 1964, quando muitos se acomodavam, quando tantos se acovardavam quando alguns colaboravam, por comodismo ou por oportunismo, a situação calamitosa em que se encontrava a Nação Brasileira, Olímpio Mourão Filho, fiel ao seu idealismo, à sua coragem cívica e ao seu amor a Pátria, enfrentou todos os riscos, todos os perigos tornando atitude decisiva na Revolução de 64.

Homem de filosofia não voava ao sabor do vento, nem das paixões momentâneas, mas tinha linha certa de ação e de conduta. São suas estas

palavras, que traduzem com fidelidade, o seu pensamento e a sua ação.

“Odeio o carreirismo que obriga o cidadão curvar a sua espinha diante dos que mandam; o carreirismo é o apanágio do político profissional”.

Mourão Filho foi um exemplo dignificante a ser imitado. Por isso pedimos, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, um voto de pesar pelo seu falecimento.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1972.

(a) — Antonio Lopes Júnior.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, seja consignado em Ata na sessão de hoje voto de aplausos e congratulações ao Prefeito Adriano Valente e sua equipe, pelo sucesso alcançado pela recém-finda Exposição Agropecuária, realizada na cidade de Maringá.

Requer, ainda, que a decisão da Casa seja comunicada, por ofício ao chefe do Executivo Municipal de Maringá.

JUSTIFICATIVA:

Senhores Deputados. Tivemos a grande satisfação de visitar, dias atrás, a Exposição Agropecuária de Maringá, na qual colhemos excelente impressão sobre os animais ali expostos, que bem representam a pujança da pecuária paranaense, hoje, uma das principais da Nação. Paralelamente, destacou-se naquela mostra, os stands relativos à agricultura.

Desejamos ressaltar nesta oportunidade, igualmente, o grande trabalho desenvolvido pela equipe do Prefeito Adriano Valente, bem como a participação da iniciativa privada, que deram uma dimensão além das expectativas para aquela mostra.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1972.

(a) — WILSON FORTES

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de voto de congratulações pela passagem do 25.º ano de fundação da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, ontem transcorrido.

Requer, ainda, que a decisão da Casa seja comunicada, por ofício, à diretoria da referida Associação com sede nesta Capital.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná é, sem dúvida alguma, uma das mais tradicionais entidades representativas de classe de nosso Estado. Os membros que dela fazem parte, como associados, tem desempenhado um papel relevante na vida pública e particular de nosso Estado. É uma entidade que desfruta do mais alto conceito, não só no Paraná, como nos demais Estados da Federação. É justo, portanto, que ao completar o 25.º ano de sua fundação mereça as nossas congratulações, com os votos de que prossiga dando a sua inestimável colaboração ao desenvolvimento do Paraná e do Brasil.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1972.

(a) — WILSON FORTES

Requerimento

Senhor Presidente:

Quinta-feira próxima, 1.º de junho, é dia santificado dedicado a Corpus Christi, implicando na paralisação das atividades públicas o mesmo acontecendo na esfera privada executadas apenas as atividades mais essenciais.

A circunstância é propícia e até sugere a suspensão da habitual sessão matinal das sextas-feiras, disto resultando um fim-de-semana alongado, tudo com a finalidade de facultar aos srs. Deputados um melhor atendimento daquilo que é dos seus mais imperativos encargos, isto é, comparecimento às respectivas regiões de influência, para conhecer de suas necessidades e auscultar-lhes os anseios.

Assim, proponho à Casa a não realização da sessão ordinária de sexta-feira próxima; suspendendo-se, também, o expediente da Secretaria na mesma data.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1972.

(a) PAULO POLI

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer, lhe sejam abonadas as faltas às sessões legislativas, no período compreendido entre 22.05 e 29.05.72 em virtude de estar acamado e sob cuidados médicos, conforme faz provar o atestado médico incluído.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1972.

(a) ALVARO DIAS.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 66-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEVI), com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1972.

(a) CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A “APADEVI” é uma entidade com personalidade jurídica e tem como objetivos: o auxílio e a orientação na educação, reeducação, tratamento médico, manutenção de treinamento e oficinas para profissionalização e aprendizado de trabalhos em geral, visando com isto integrar o deficiente visual na comunidade.

Pelas suas nobres e meritórias finalidades, temos certeza de que este Projeto haverá de merecer o apoio e a aprovação da Casa.

Projeto de Lei n. 67-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a Inspeção Regional de Ensino, do Município de Santo Inácio para o Município de Colorado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1972.

(a) QUIELSE CRISOSTOMO.

JUSTIFICATIVA:

Colorado é sede da Comarca a que pertence Santo Inácio. E é, por isso mesmo, o centro de irradiação de toda a região, justificando plenamente a pretendida transferência.

Projeto de Lei n. 68-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica assegurada a família do servidor policial civil ou militar do Paraná, que falecer em consequência de agressão sofrida no desempenho de função policial ou de segurança, uma pensão na base do vencimento ou da remuneração.

Parágrafo único — Para o cálculo da pensão consideram-se integrantes do vencimento as seguintes gratificações, desde que na ocasião do óbito estejam sendo legalmente pagas ao de cujus:

I — Gratificação adicional por tempo de serviço;

II — Gratificação de função;

III — Gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva; e

IV — Gratificação de representação.

Art. 2.º — A pensão concedida na forma deste artigo será sempre reajustada na proporção dos aumentos dos níveis de vencimentos, observando-se as reestruturações havidas no respectivo cargo.

Art. 3.º — Do valor da pensão deduzir-se-á o correspondente ao de qualquer outra, paga pela instituição de previdência a que o de cujus era filiado ou deixada pelo mesmo servidor e paga pelos cofres públicos.

Art. 4.º — Tem direito à pensão criada por esta Lei as famílias dos servidores desaparecidos desde 1.º de janeiro de 1968.

Art. 5.º — As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão a conta de dotação específica do Orçamento do Estado.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1972.

(a) JOÃO MANSUR.

JUSTIFICATIVA:

É nosso propósito, através do presente plano de Lei, assegurar à família do servidor policial civil ou militar do Paraná, que no exercício nobilitante de sua função policial ou de segurança vier a falecer, uma pensão com base em seu vencimento ou remuneração.

Medida justa e humana deve, por isso mesmo, merecer de meus nobres pares o necessário apoio.

Projeto de Lei n. 69-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar Colégio Comercial Estadual "Morillo Cremasco" o atual Colégio Comercial Estadual de Guaraci.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1972.

(a) ARTHUR DE SOUZA.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Morillo Cremasco, em pleno exercício da vereança, quando, juntamente com o Prefeito da cidade de Guaraci, viajava a Curitiba onde vinham reivindicar a eletrificação do distrito Bentópolis, sofreu fatal acidente automobilístico que não só lhe ceifou a preciosa vida mais vitimou igualmente o senhor Prefeito João de Giuli. A memória deste último já esta perpetuada, eis que, homenageando-se deu-se ao ginásio local o nome de Ginásio Estadual João de Giuli.

Resta agora, prestar idêntica e justa homenagem aquele ilustre Vereador, dando seu nome a um estabelecimento de ensino de Guaraci, que é o objetivo deste plano de Lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente. Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao sr. Deputado Muggiati Filho, primeiro orador inscrito.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Inicialmente desejo deixar esclarecido nesta Casa que o Movimento Democrático Brasileiro, sem pretender abrir polêmicas e com o respeito que nos merecem todos os srs. Deputados, quer colocar, e o faz com toda vênica, na sua devida posição a situação social e perante a lei do trabalhador rural brasileiro.

Procurou-se, e a imprensa deu o merecido destaque à matéria, situar-se a legislação do Brasil com relação ao seu trabalhador rural como coisa recente e atos advindos posteriormente a 1964.

Não tenho, e devo confessar isto no início deste pronunciamento, qualquer complexo com relação a 1964 e nem com relação a área militar. Entendemos que o País precisa, para sua sobrevivência, tanto do poder civil como do poder militar e estes dois poderes são indispensáveis à Pátria.

Portanto, não trazemos e nenhum integrante da Bancada do MDB tem trazido a esta Casa qualquer movimento saudosista relativo a realidade da política brasileira. Devemos, também acrescentar que não somos Oposição pelo simples fato de não nos encontrarmos no Governo. Somos Oposição porque há no Brasil hoje há, mais do que nunca, necessidade da Oposição e há necessidade, talvez, também mais do que nunca de que o próprio Partido majoritário nesta Casa atue muito mais do que vem atuando para conseguir do Governo soluções para os reclamos do povo brasileiro.

Que era o operário brasileiro antes de 1930, senão escravo? que era o operário mundial no Século Passado, quando começaram as lutas sindicalistas, senão um escravo? Quem pode negar que a Legislação Social Brasileira constituiu-se num exemplo avançado e reconhecido por todos, para o mundo inteiro? É tão inegável, que este fato, nem na época da ditadura do Presidente Getúlio Vargas, os professores da nossa Universidade, quase todos eles então de opiniões contrárias ao regime político predominante não deixaram de reconhecer na Legislação Trabalhista Brasileira, o grande avanço que ele representou para o nosso país, e como colaboração ao Direito Social Universal.

Caminhamos e chegamos a 1963, quando no Governo do sr. João Goulart foi entregue ao País o Estatuto do Trabalhador Rural, Lei n. 4.214, de

2 de março de 1963; o Estatuto da Terra referido nesta tribuna como exemplo de avanço na Legislação, nada mais foi do que aproveitar-se quase todos os estudos sobre a reforma agrária, do Governo anterior, e codificá-lo. Tudo foi questão de modo de apresentar — o Governo anterior apresentou a reforma agrária de um modo, e o Governo posterior, de outro. Mas se os Senhores se detiverem no atual Estatuto da Terra, os Senhores verão que ele socializa muito mais, do que pretendia socializar o Sr. João Goulart, porque nós não falávamos, sequer se ouvia em 63 antes de 64 — para citar um dos exemplos um dos muitos exemplos existentes — em um módulo na distribuição da terra e na qualificação da terra, que tolhe e violenta o direito de propriedade de todos aqueles que não conseguem se enquadrar nos módulos disciplinados pelo INCRA que ao que consta, estuda a sua revogação porque é um ato por demais violento, impedir que o dono da terra venda a sua terra, principalmente quando ele tem necessidade de vendê-la. Ou, compra uma área de terra, exercitando todos aqueles direitos que lhe outorga o Código Civil, e que no entanto o Estatuto da Terra introduziu-se no direito de propriedade, violentando-a deformando em grande parte, o desenvolvimento da própria Nação, pois por esse interior afora escrituras se amontoam em cima de escrituras, sem a devida validade. Quem precisa vender vende a qualquer preço, e assina um papel que os tabeliães não podem transformar numa escritura pública, e, quem compra, não compra bem e fica sujeito a uma reivindicação posterior, porque a legislação deformou o Código Civil Brasileiro. Mas o que mais nos interessa não é a reforma agrária, que todos nós, há longa data entendemos de toda necessidade para o País. Este Governo sente e a entende como uma necessidade, porque é anseio que emana do povo brasileiro. O que nos interessa mais, no dia de hoje, é a pessoa do trabalhador rural, que não sei porque, pretendem separar do trabalhador. Tenho a impressão que tanto é trabalhador o urbano como o rural. Todos são operários, como operário é aquele que ganha a vida com a sua pena. O trabalhador intelectual também é um trabalhador.

O sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Estou acompanhando com bastante atenção o pronunciamento de V. Exa. que é muito importante. Nenhum de nós pode negar as leis deixadas pelo grande Getúlio Vargas, mas o que nós sabemos também, e não podemos deixar de mencionar, é o abuso da falta de aplicação da lei no seu verdadeiro sentido; de 64 para cá nós adotamos uma moralização e a valorização do homem. Não é que esteja sendo esquecido ou separado o trabalhador rural dos demais trabalhadores. O que acontece é que antigamente o trabalhador rural na hora mais difícil da doença, do sacrifício, não aparecia como trabalhador mas aparecia como indigente, como ainda hoje acontece, porque ainda não está atualizada e dada a assistência ao trabalhador rural. Hoje recebe um pouco mais de assistência com sua aposentadoria e atendimento mais direto. Eu pude notar no domingo quando participei na cidade de Mandaguari da inauguração de um hospital do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, a convite do Presidente da Federação de Trabalhadores Rurais, e lá pude verificar a presença do Secretário de Saúde Pública, do representante do Fundo Rural, do INPS e pude notar o perfeito entendimento, e seja-me permitida ressaltar aqui a grande contribuição prestada pelo nosso eminente companheiro Lázaro Dumont; lá pude verificar o que tem trazido de benefício para esta classe a previdência social, os ambulatórios para atendimento em nossa região, é isto que o trabalhador rural esperava de há muito tempo. Não está sendo separado hoje; o que está havendo é um melhor entendimento, o que não existia antigamente, embora possamos negar a existência de leis perfeitas antes de 64. Obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Valioso o aparte de V. Exa. e parto do mesmo ponto de vista que V. Exa. diz que ainda há abusos. Eu, propriamente não conheço abusos porque o que existe é a ausência de uma previdência social eficiente e a prova disto está nesta Casa. O Deputado Ivo Tomazoni outro dia veio a este microfone fazer um relato do que tem sido a assistência social em matéria de hospitalização através desta Casa e não me consta que a maioria dos internamentos fossem feitos com relação às pessoas necessitadas da cidade, mas sim do nosso interior, das zonas rurais.

Portanto, a inauguração de um hospital que segundo diz V. Exa., com a finalidade de atender ao meio rural, representa realmente um marco no desenvolvimento da Previdência Social Rural, em nosso País. Mas eu não estou fazendo críticas ao seu funcionamento atual o que estou preterindo, modestamente, colocar no seu devido lugar é que a Lei que regula esta matéria em nosso País, não nasceu depois de 1964. Ela, como toda lei, acompanhou, vem acompanhando o desenvolvimento da humanidade, acompanha o desenvolvimento do Brasil, e assim é, o próprio Estatuto da Terra.

Veja V. Exa. que coincidência, neste regulamento a Lei complementar n.º 11 de 25 de maio de 1971, faz uma referência, no seu Artigo 15, aos recursos para o custeio do programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e diz que estes recursos provirão da contribuição de 2% devida pelo produtor sobre o valor comercial dos produtos reais. Então aqui entra aquilo que não se ressaltou e que eu quero ressaltar, é o dinheiro do povo que está aqui, contribuindo para a Previdência Social-Rural não só do povo da zona rural, mas de todo o povo, de toda a população brasileira de todo aquele que consome gêneros de primeira necessidade de todos aqueles que consomem produtos agrícolas porque estes 2% vão recair em última consequência no consumidor. É ele quem vai pagar a parcela de 2% a mercadoria que vai consumir. Tem o aparte o nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Obrigado.

Só para completar nobre Deputado, V. Exa. quando se refere a estes 2% que é descontado direto do produtor quando vende o seu produto lá na lavoura, é justo, é preciso, que se faça mesmo, para que se possa dar este atendimento. Porque oá que nós estamos vendo é a boa aplicação, é a boa intenção na aplicação, mas nobre Deputado, quando pedi para completar é para concordar plenamente com V. Exa. quando fez referência aos módulos. A intenção foi muito boa, do INCRA, para acabar com os latifúndios. Aquelas terras estavam aí sem qualquer resultado, sem qualquer benefício. Mas é preciso ainda de uma atualização. Como serventário da Justiça conheço perfeitamente as várias escrituras paradas, é preciso pois, que haja uma atualização para que se dê o bom atendimento, para que se possa solucionar os problemas das pequenas propriedades, que estão lá sem uma solução e com as maiores dificuldades.

É preciso pois como acabou de dizer V. Exa. de uma melhor orientação para solucionar o problema de terras. Concordo plenamente com V. Exa. quando faz referência ao módulo mal distribuído.

Agradeço a V. Exa. por ter me concedido o aparte.

O SR. MUGGIATI FILHO — Apenas para concluir esta idéia. O artigo 15 estabelece ainda como fonte de recursos, a contribuição de que trata o artigo

3.º do Decreto-Lei 1.146 de 31 de dezembro de 1970, a qual fica elevada para 2,6%. Pois bem, esta remissão à contribuição de que trata o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 1.146 de 31 de dezembro de 1970 por sua vez, este Decreto nos levará numa referência à lei 2.613 de 23 de setembro de 1955. Esta Lei, instituiu pela primeira vez no Brasil, o Serviço Social-Rural, subordinado ao Ministério da Agricultura no Governo de Café Filho, e quando era Ministro da Agricultura um paranaense dos mais ilustres, que é Bento Munhoz da Rocha.

A Lei 4.131 de 10 de setembro de 1962 faz referência à Previdência Social-Rural em seu âmbito, e o regulamento da Previdência Social-Rural baixada pelo Decreto-Lei 53.154, de 10 de dezembro de 1963 aqui vem a coincidência a que me referi, pelo Presidente João Goulart, é elaboração, esse Regulamento também de um Ministro paranaense, que foi Amaury Silva.

De modo que essa previdência social por sua vez nada mais é do que um atendimento ao dispositivo do próprio Estatuto do Trabalhador Rural, ao qual nós também não negamos críticas no que diz respeito à estabilidade do trabalhador Rural e às crises que ele vem enfrentando após a promulgação desse Estatuto de 1963.

Porque anteriormente, embora existisse muita exploração indigna do operário, entendo, ninguém pode negar que sob o regime do Código Civil, que se desenvolveu essa grandeza agrícola que é o Norte do Paraná, onde na sua maioria, esses trabalhadores, eram parceiros dos titulares das terras e, através dessa parceria eles conseguiram, ao fim de 4, 5 ou 6 anos de trabalho, sair com um salário suficiente para comprarem a sua própria área de terra. Hoje esse manancial de esperança do pequeno trabalhador desapareceu. E por que desapareceu? Desapareceu porque a aplicação de uma lei feita, embora cuidadosamente, redundou num conflito entre o dono da terra e o trabalhador rural.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, gostaria de registrar aqui o meu respeito e o meu apoio a este pronunciamento oportuno que faz hoje da Tribuna V. Exa.

Toda a Casa sabe que V. Exa. é um grande estudioso do assunto; é homem com bastante sensibilidade que se atém a este problema tão delicado que preocupa hoje toda a Nação Brasileira.

Infelizmente, nobre Deputado, digo infelizmente e repito, embora militando em áreas opostas, não posso contradiar uma vírgula sequer do pronunciamento de V. Exa. V. Exa. levantou este problema que reputo muito grave, do meio rural, destas pequenas áreas de terras. Os pequenos agricultores são os eternos sacrificados que nunca têm condições de se enquadrar segundo as exigências desta nova Lei. Há alguns anos passados eu apresentei nesta Casa um projeto de lei que criou a maior celeuma da história aqui dentro. Eu pretendia, através do projeto, que se oficializasse o jogo de bicho e o meu projeto levava o nome de "loteria municipal", parecido com a "loteria esportiva" que aí está. A finalidade era, com a arrecadação da oficialização do jogo de bicho, dar condições ao Município para dar assistência ao trabalhador rural. Naquele tempo a casa quase caiu, no entanto hoje temos loteria esportiva. Esta loteria esportiva deveria destinar metade de sua renda para assistência ao trabalhador rural que é o homem que arranca desta terra abençoada principalmente do Norte do Paraná, como V. Exa. falou, alimentação para quase toda a população. Só me resta parabenizar-me com V. Exa. e lembrar que quando foi aqui criado pela Revolução, o IBRA, hoje INCRA, a primeira preocupação foi a aquisição de um avião a jato; que não tem condições de operar em nenhum lugar onde existem glebas de terras, a não ser nas grandes Capitais da América Latina. O que é mais grave é que na ocasião fiz acusações, e não obtive resposta, a respeito do preço. E que naquele tempo eu era possuidor de um avião e sabia que a proposta para a aquisição deste avião a jato foi além dos preços reais.

Se houve erro do Governo passado, vamos admitir que erros ainda existem. A verdade é que um alertamento como faz hoje V. Exa. desta Tribuna é oportuno e apropriado, porque esta crítica é realmente construtiva. V. Exa. aí está com dados de um trabalho feito com muito cuidado. Apenas queria fazer uma sugestão a V. Exa., se é que posso fazer sugestão, no sentido de que V. Exa. encaminhasse a quem de direito um expediente com todos estes dados para que as autoridades que hoje militam com isto e que se vêem rodeadas de grandes fazendeiros ouvissem também as informações da base, do pequeno produtor e não se baseassem apenas em informações que chegam já filtradas pela parte interessada. Quero parabenizar-me com V. Exa. e solidarizar-me totalmente com este feliz pronunciamento.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço ao nobre Deputado Paulo Poli a sua brilhante participação neste meu modesto pronunciamento, e tenho anotado o encaminhamento desse expediente a que V. Exa. fez referência. E adianto a V. Exa. que sobre um outro aspecto de providência governamental, nós devemos encaminhar um requerimento onde incluirmos esse pedido de exclusão do módulo da legislação vigente como um meio de fazer com que o desajustamento dos nossos pequenos proprietários à vida institucional do País se faça o mais breve possível.

Ao concluir este assunto, desejo ressaltar ainda um ponto que reputamos importante para que não se forme uma imagem ingrata dos legisladores do passado. A Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971, criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, FUNRURAL que é o alicerce de todo o mecanismo de um programa realmente necessário à vida brasileira. Mas, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural foi criado no próprio Estatuto do Trabalhador Rural, no seu artigo 158, que diz textualmente o seguinte: "Fica criado o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural — só não tem previdência, os demais termos são exatamente os mesmos — que se constituirá de 1% do valor dos produtos agro-pecuários colocados, e deverá ser recolhido, pelo produtor, quando da primeira operação, ao Instituto de Assistência e Previdência Social, mediante guia própria, até 15 dias após aquela operação".

De modo que, quase oito anos depois de haver sido criado o Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural, o Governo implanta o seu programa. E nós somos forçados a reconhecer que os interesses muitas vezes personalísticos de difundir e de carrear pontos para uma determinada facção política, ou para quem administra, conduzem a graves injustiças.

Seria injustiça, por exemplo, se indagássemos, desta Tribuna, por que levou o Governo oito anos para iniciar um programa estabelecido em 1963? Talvez fosse porque e ninguém desconhece, grandes são as dificuldades administrativas de nosso País. Mas, o que nós queremos ressaltar, porque aqui é justamente uma Casa onde se elabora leis, é que existe, em nosso País, uma tradição no funcionamento de sua legislação, que não pode ser esquecida, sob pena de nós jogarmos patrimônio cultural pela janela, quando nós tanto necessitamos de patrimônio cultural para projeção de nosso país.

E, então, para refazer essa imagem que reputamos uma imagem patriótica de nosso País, daqueles que elaboram leis para atender aos anseios, principalmente, na sua grande parte sem uma condição digna de viver. Fica, portanto,

principalmente da classe desfavorecida, da classe que luta pela sua sobrevivência, esse reparo.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Muggiati Filho, V. Exa. traz neste momento uma série de considerações que evidentemente, pela escassez de tempo, não nos será possível abordar. Apenas, nobre Deputado, gostaria de fazer uma ressalva que acho pertinente. V. Exa. melhor do que eu, sabe que existe um país legal e um país real. E pelo que eu consegui entender, me pareceu que V. Exa. confere a lei escrita o poder que, hoje, infelizmente, ela não tem. E tanto é assim que vários diplomas legais que estavam a regular a vida social e econômica brasileira e entre eles a própria Constituição, sempre preconizaram e programaram medidas de alto alcance social sem contudo serem aplicadas não por desídia das autoridades, para pelos próprios obstáculos naturais e concretos existentes dentro de um país difícil e heterogêneo como o Brasil. Parece-me também razoável que se debata neste momento e que a rigor no Brasil nunca houve povo, no sentido mais científico e sociológico.

V. Exa. faz referência à legislação social brasileira que considera avançada. Não contesto. Apenas quero lembrar que a legislação social brasileira mais consubstanciada na consolidação das Leis do Trabalho, foi inspirada na Carta de louvor do governo fascista italiano de então. E com relação ao zelo elogiável de V. Exa. referentemente aos postulados básicos do Código Civil V. Exa. melhor do que eu há de conhecer trabalho primoroso do professor Orlando Gomes sobre as raízes sociológicas do Código Civil Brasileiro, quando vai encontrar um excesso de paternalismo, porque na realidade o Código Civil Brasileiro apesar de ser uma peça primorosa do ponto de vista...

O SR. MUGGIATI FILHO — Só fiz referência a sua aplicação em relação ao desenvolvimento do Norte do Paraná, não fiz referência ao Nordeste brasileiro, onde é quase indiscutível a situação do operário agrícola.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Exatamente. Pois se o Código Civil brasileiro teve resultados ou aplicação positiva no Norte do Paraná, o mesmo não ocorreu no Nordeste. E com relação ao Norte me permite V. Exa. que eu faça também outra consideração. A mim parece que o milagre do nosso Paraná talvez tenha se devido muito mais a uma maior racionalidade da divisão da propriedade à própria qualidade da terra a planta de um certo produto que encontrou no mercado um preço satisfatório do que portanto, a parceria.

Não quero negar e acredito que a parceria tenha também contribuído, mas parece que os outros fatores foram mais importantes para o desenvolvimento das riquezas do Norte do Paraná.

O SR. MUGGIATI FILHO — No desenvolvimento do Norte do Paraná, que assombrou o mundo pela sua importância em todos os setores, o parceiro agrícola teve uma participação muito grande e teve também a sua grande chance; o operário agrícola no Norte do Paraná teve a chance de se transformar em proprietário de terra. Quer dizer o pequeno trabalhador, parceiro do proprietário, ao fim de cinco ou seis anos, por vezes quatro anos, terminava a colheita e comprova sua propriedade.

Isto é que entendemos democracia social e cristã, pois todos os que trabalham têm a oportunidade de transformar sua vida em condições melhores, de poder dar uma condição condigna a si e a sua família.

Infelizmente, isto é o que hoje dificilmente ocorre ao operário agrícola do Norte do Paraná. Ele está vivendo em favelas e surgiu, para significar tudo isto que temos dito, um novo apelido que nos repugna pronunciar por se tratar de um ser humano. Eles chama-se a si mesmo de "boias frias". Quando os caminhões em que viajam também em virtude de um acidente de estrada, eles não tem como se socorrer porque o regulamento da Previdência Social para os trabalhadores está sofrendo solução de continuidade. Este é o termo exato. Há necessidade que o Governo e as autoridades classistas, no caso, exerçam uma vigilância muito grande sobre este setor. É a exploração, que consideramos, indigna do homem.

Por outro lado temos que admitir que alguma coisa não está funcionando porque o proprietário de terra situou-se numa contingência tal que não quer mais o operário em sua terra. Por que? Porque houve um desajuste entre o operário e o proprietário.

Este desajuste cria problemas sociais, os quais devem interessar ao legislador. Aí está algo que pode ser legislado por nós, embora não seja de nossa esfera. Como bem disse o Deputado Paulo Poli, muitas vezes, o Presidente da República, o Ministro da Agricultura ou a autoridade competente está de tal como cercada por sua Assessoria, e daqueles que procuram através do elogio, conseguir o que lhes interessa, que não chega a travar conhecimento pleno da existência desses problemas que são graves em algumas regiões.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Concordo perfeitamente com V. Exa. e no transcorrer do meu aparte quis dizer que, com relação aos fins, estou perfeitamente identificado e afinado com V. Exa. com relação aos tão constantes elogios ao Governo, sinto-me completamente à vontade porque não tenho feito outra coisa nesta Casa, do que proposto a fiscalização e a agitação do problema.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu não insinuei nada!

O Sr. Luiz Roberto Soares — Evidentemente.

Eu não recebi a insinuação, mas gostaria de deixar claro e expresso esse meu ponto de vista.

Mas o que eu ia concluir, nobre Deputado...

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. me permite? O aparte de V. Exa. é longo e, apenas para V. Exa. ver, ter uma idéia, fugindo um pouco do assunto mas para V. Exa. ter uma idéia de que o negócio não para em 64, tem que ir muito lá para trás, porque o Brasil não nasceu em 1964, eu vou ler aqui uma notícia do IBGE, publicada no Diário do Paraná, a 26 de Maio, sob o título "Evolução".

Então, veja V. Exa., de acordo com informações do IBGE, em 1928 possuíamos com relação ao Estado do Paraná, possuíamos 30.951 propriedades; em 1940, dez anos depois, mais do dobro, 84.000 em 1960 mais do triplo, 269.146; em 1970, 554.836. De modo que esse desenvolvimento deve ser acompanhado pela legislação, pelos legisladores, no sentido de atualizarmos a sua legislação rural. Por isto, eu tenho a impressão de que o meu pronunciamento não tem um sentido legalista que, parece, V. Exa. pretende ver, através do seu aparte. Ao contrário, até é um sentido realista, com referência ao Estado do Paraná. Não sei também: do Estado do Paraná porque nós já temos problemas suficientes dentro do nosso Estado, e nossa análise, o que interessa a nós é o Estado do Paraná, não podemos pleitear qualquer coisa, a não ser com relação ao nosso Estado do Paraná.

V. Exa. quer concluir, ou está satisfeito?

O Sr. Luís Roberto Soares — Eu gostaria apenas de fazer uma breve conclusão, desde que não comprometa o aparte do nobre Deputado Nivaldo Krüger.

E apenas para dizer a V. Exa. que, apesar de se pretender, após 1964 configurar maior racionalidade à legislação pública brasileira e de efetivamente se ter feito um esforço de modernização, o que se verifica é que não perdemos o vazio do assistencialismo, e me parece um dos resultados em que se pode novamente trazer como exemplo, a famosa lei em que "o feitiço vira contra o feitiço", modelo econômico que se pretende implantar no País, de concentração de rendas, está tendo um resultado, nesse setor, negativo, porque o incrível é que a assistência social estará permanentemente — eu tenho convicção disso — desaparelhada para atender a um número crescente de necessitados; um modelo econômico que seria muito mais justo e democrático, se se evitasse que tantos tivessem que se socorrer de assistência.

Então nobre Deputado, o terrível de todo o pronunciamento de V. Exa. ...

O SR. MUGGIATTI FILHO — Eu estou falando em previdência social.

O Sr. Luís Roberto Soares — Eu falo em assistência no sentido genérico, porque a previdência social não deixa de ser uma forma de se prestar assistência.

O SR. MUGGIATTI FILHO — Data vênha, eu não encaro a previdência social como assistência. Eu sou homem que usa a previdência social e faço questão de usar, porque eu contribuo com 8% do que proporciona o meu emprego, para previdência social, tenho o direito de exigir da previdência social! Não é assistência, ela está me dando aquilo que estou pagando, assim como o trabalhador rural.

O Sr. Luís Roberto Soares — V. Exa., por deficiência minha exclusivamente, não deve ter entendido exatamente o que estou dizendo. O que me parece, é que o mecanismo assistencial sob qualquer forma no Brasil, teria que se agigantar de tal maneira, para atender à demanda com que é solicitado. Exatamente esse ponto é que acho o mais negativo do modelo econômico brasileiro.

Porque é praticamente impossível, dentro do atual sistema, conseguir dar um atendimento, porque a demanda cresce assustadoramente. O razoável, o correto num regime e num modelo que se pretende democrático, seria evitar que tantos tivessem que se socorrer de previdência em qualquer das suas modalidades.

O SR. MUGGIATTI FILHO — V. Exa. tem razão. Eu acho e entendo desta forma, porque para mim assistência social hoje é ajustar, visto que essa assistência que se dá, não sei se estou interpretando o modo de pensar de V. Exa., mas toda a assistência que V. Exa. está dando em matéria mesmo de medicamentos, que não implique em previdência medicamentos ou agasalhos, V. Exa. está mantendo um desajustado. O trabalho da assistência social é trazer o desajustado para a sociedade fazê-lo produzir.

O sr. Roberto Soares — Exatamente. Perfeito este é o ponto que considero básico. Ocorre no entanto, nobre Deputado que na minha opinião o "punctum saliens" de toda a questão reside na distribuição da renda bruta, porque o trabalhador rural evidentemente participa minimamente do produto nacional, sem condições de fazer a sua própria independência e de criar um estado de vida integrada no circuito da civilização e continuamos, de certa forma, ainda sob os efeitos da famosa Encíclica Rerum Novarum em que uma minoria participa da grande parte do povo e uma esmagadora maioria está totalmente marginalizada; então que me desculpem os srs. técnicos desta Nação, parece-me que o modelo técnico que se pretende implantar no País não tem feito outra coisa senão se distanciar, cada vez mais uma minoria da grande maioria. E neste sentido que eu queria me incrustar no pronunciamento de V. Exa. Não há nenhum reparo a fazer e só resta congratular-me com V. Exa.

O SR. MUGGIATTI FILHO — Fico muito grato ao aparte do ilustre colega que representa realmente uma colaboração que eu considero, que veio dar ilustração a este modesto pronunciamento. Com relação apenas, já concederei o aparte, com relação apenas a que tivesse a Consolidação das Leis do Trabalho se inspirado numa legislação fascista, eu devo externar um ponto de vista que é pessoal. Hoje nós temos visto e mais do que nunca, estamos com a presença do Presidente Nixon na Rússia, que os povos estão procurando na base elevada do entendimento, copiar do outro aquilo que o outro tem de bom. Nós não podemos negar que nas suas atividades agrícolas, nas suas atividades sociais, diversas potências do mundo tenham assim como o Brasil teve, tenham praticado atos e fatos que merecem acolhida por outros países, tivemos um exemplo, os argentinos nunca se envergonham de terem copiado um Projeto de Código Civil nosso, que foi por eles adotado. Foi o de Teixeira de Freitas.

De modo que tenho a impressão que a Encíclica Rerum Novarum exerceu influência predominante em toda esta legislação que se seguiu após ela. Porque ela abordou o problema da classe operária, sob uma forma talvez que não tivesse sido abordada ainda tão objetivamente. De modo que nesta resposta, sob este aspecto do aparte de V. Exa., eu acredito que seria aliás aconselhável esse caminho, o governo que era um governo que procurava principalmente, tendo em vista o crescimento da população, do operariado brasileiro, procurava colocar-se numa situação que oferecesse ao mundo uma imagem de progresso e evolução científica no tocante às leis.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado estou acompanhando com o máximo interesse o pronunciamento de V. Exa., porque nele, além da propriedade costumeira de V. Exa., no trato de assuntos diferentes do povo, V. Exa. faz hoje uma colocação, ou melhor, duas colocações muito próprias e que definem no meu entender a posição política por nós assumida perante a Nação. V. Exa. não faz em primeiro lugar, distinção de trabalhador. É necessário que quando se quer valorizar o homem, que não se faça realmente esta distinção. Aqueles que fazem distinção entre trabalhador desta ou daquela classe, evidentemente, não valorizam o homem. Porque o homem para ser valorizado, ele tem que ser considerado como tal, e não pela função que exerce no trabalho. Então o primeiro ponto pareceu-me muito próprio e que define a posição do MDB ao considerar este problema "homem". Fala-se muito por aí todo o mundo. Hoje é moda, todo o mundo fala da valorização do homem, e não a compreende.

Acho que a própria negação da valorização do homem, é esta distinção que se faz entre funções exercidas. E segundo pareceu-me assim o homem, e uma objetividade excepcional.

E então V. Exa. ao analisar a lei o faz demonstrando o irrealismo em relação ao quadro da atualidade. O irrealismo em face das exigências da vida especificamente em nosso Estado.

E ainda ilustre Deputado eu queria lembrar a V. Exa. aqueles que fazem referência à valorização da pessoa humana eu tenho uma memória um

pouco fraca quero citar o exemplo do próprio Estado do Paraná que despreza a criatura humana ao máximo quando emprega milhares de criaturas de condição de vida humilde e não dá, justamente o Estado, que faz parte de um governo que se diz valorizador do homem, este mesmo Estado desconsidera e até violenta no meu entender, a dignidade da pessoa humana, que se vale do humilde funcionário, quando explora o esforço da pessoa que não tem o poder de influir, como é o caso gritante dos contratados pelo Estado, que não têm previdência social, e não tem assistência e são tratados como verdadeiras coisas e não pessoa humana.

Então o exemplo daqueles que dizem valorizar a pessoa humana. Outro aspecto falando sobre o Paraná, é exatamente este, o suporte financeiro. V. Exa. tão bem ressaltou o necessário, para que a Previdência funcione, eu não posso aceitar que a Previdência ou se realize ou se caracterize, dando a assistência que deveria dar, ela seja entregue como concessão feita por alguém que tenha o poder de dar isto a uma determinada comunidade, a uma determinada coletividade, como se faz atualmente, reunindo-se políticos em foguetórios e festejos como já assisti, para entregar aquilo que é um direito líquido e certo do trabalhador rural.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa ao orador que tem um minuto para concluir seu discurso.

O SR. MUGGIATTI FILHO — Pois não, Sr. Presidente.

O Sr. Nivaldo Krüger — Concluo o meu aparte, dizendo ainda que este pronunciamento de V. Exa. é de grande valia; lamento apenas que o tempo seja exigido para nós fazermos as considerações; e uma delas é a aquela que fez o Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. MUGGIATTI FILHO — Se V. Exa. me permite, darei um aparte ainda, ao Deputado Pinto Dias que o solicitou.

O Sr. Pinto Dias — Tive a satisfação de acompanhar o início do seu pronunciamento. Mas verifico que mesmo um pouco tarde, V. Exa. vem da Tribuna abordar um assunto importante e que o gabarito com que V. Exa. trata nos chamou muito a atenção, com relação ao problema da previdência social, principalmente da área rural, que na minha opinião é muito complexo. Porque a previdência social, não pode ser desvinculada da renda que o produtor atinge. E, infelizmente a agricultura no Brasil, na sua quase totalidade, ou na grande maioria dos produtos, agrícolas, não tem ainda aquela posição que possa assegurar ao Governante uma previdência à altura, que corresponda àquele trabalhador que produz.

Por exemplo, o algodão, ele é controlado por um mercado internacional e os países da América Latina não têm condições de produzir esta matéria, em condições de igualdade com os países mais desenvolvidos; e assim há uma infinidade de produtos agrícolas na mesma posição.

Daí a nossa modesta observação, que não sou técnico e não tenho, devo confessar, condições de analisar esta posição. Mas, como observador, verificamos que há realmente uma dificuldade tremenda para os governos, não só de 64 para cá mas como os governos anteriores que também se preocuparam com esta posição. Todos eles têm tido a dificuldade de dar ao trabalhador rural aquela posição digna e justa. Mas, infelizmente, a condição do País é que não propicia aquela posição ideal.

Mas, com referência a um trecho do aparte do Deputado Nivaldo Krüger, que abordou aqui o problema dos contratados, ainda recentemente esteve na Assembléia S. Exa. o Sr. Secretário de Educação, quando foi abordado pelo Líder do MDB, Deputado Sebastião Rodrigues, quando o Secretário Roberto Inhares analisou essa posição dos contratados, realmente das serventes e quando ele fez sua observação, dadas as condições que vêm se protelando há vários anos. Nós observamos que no fim do seu relato, que fez o Deputado Sebastião Rodrigues? Ele ainda congratulou-se com o Secretário e manifestou assim uma certa satisfação, contentamento até, pela preocupação que o Governo tem em solucionar esse grave problema a que o nobre Deputado Nivaldo Krüger ponderou: é que há realmente interesse do Governo em encontrar uma solução definitiva para essa posição.

O SR. MUGGIATTI FILHO — Muito obrigado pelo aparte, Deputado Pinto Dias. Tendo se esgotado o meu tempo, agradeço à Presidência pela sua generosidade em permitir que concedesse ainda o aparte ao nobre Deputado Pinto Dias.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência consigna com satisfação a presença em Plenário, do Sr. João Bortolozzo, digno Prefeito de Palotina e do Sr. Orlando Moreira, Vereador à Câmara Municipal de Londrina. Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quilse Crisóstomo, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 284-71, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que denomina "Centro Cívico Ministro Bento Munhoz da Rocha Netto", o atual Conjunto Arquitetônico formado pelas sedes dos Três Poderes e demais edifícios públicos que nele se englobam ou dele venham a se vizinhar. Parecer favorável da C.C.J., com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado** o Projeto e a emenda.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 285-71, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que outorga Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor Berto Munhoz da Rocha Netto. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 6-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 103-71, fica aprovado Convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro do Café, através do GERCA — e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 7-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 104-71, fica aprovado Convênio de ajuda financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Piraquara, em 11 de maio de 1971, no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) para ser aplicado no setor de ensino da Região. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado**.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 8-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 105-71, fica aprovado Convênio celebrado em 1.º de outubro de 1971, entre o Instituto Nacional de Reforma Agrária e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná, para estudos, projetos e obras de Eletrificação Rural. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado**.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 202-69, de autoria do Dep. Seme Scaff, que cria na Cidade de Grandes Rios, o Ginásio Estadual denominado "IVONE PIMENTEL". Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado pelo substituto, artigo por artigo**.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152-70, de autoria do Dep. José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a criar na Cidade de Paranavai, uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, sob regime de Fundação, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P.. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade Pública, o núcleo de Maringá, da Legião da Boa Vontade. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 291-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 43-71, encaminhando anteprojeto que altera a redação de diversos dispositivos da Lei n.º 2.375, de 22.3.55, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo**.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando a não realização da Sessão Ordinária de sexta-feira próxima, bem como a suspensão do Expediente da Secretaria da Casa, alongando o fim de semana dos Srs.

Deputados, com a finalidade de facultar aos mesmos um melhor atendimento às atividades públicas. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 42-72. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, com o apoio do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mourão Filho. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, pela passagem do 25.º ano de fundação. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos e congratulações ao Sr. Prefeito Adriano Valente e sua equipe, pelo sucesso alcançado pela recém-finda Exposição Agropecuária, realizada na cidade de Maringá. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando o abono de faltas às sessões plenárias, no período compreendido entre 22 e 29 de maio corrente. — A consideração do Sr. 1.º Secretário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 31, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 202-69, 152-70, 197-71, 291-71;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 127-70, 2-71, 206-71, 50-72.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA:

PORTARIA N. 178-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 3.370, de 15 de maio de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

designar NELSON AUGUSTO ARAÚJO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado ODILON REINHARDT.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de maio de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.